

ARAGUAIA, NO CORAÇÃO DO BRASIL: EDUCAÇÃO POPULAR, CULTURA INDÍGENA E A IGREJA DOS POBRES

ARAGUAIA: EN EL CORAZÓN DEL BRASIL: EDUCACIÓN POPULAR, CULTURA INDÍGENA Y LA IGLESIA DE LOS POBRES

DANILO MACRUZ INÁCIO¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Este artigo traz uma reflexão das ações dos movimentos sociais na região do Araguaia (MT). Puxado pela Teologia da Libertação, Pedro Casaldáliga, se une aos povos originários e outras entidades para lutar pela emancipação social e política, através, principalmente, da educação popular. As cercas do latifúndio domina a região, extensa territorialmente, e constrói leis e regras próprias, que desmontam os poderes públicos ou se aliam a eles. As ações violentas contra as populações indígenas que já habitavam a região foram e são constantes, além da matança de posseiros oriundos, principalmente, do nordeste brasileiro. Vozes de pessoas que vivenciaram esta experiência ao lado de Pedro se encontram neste artigo, que dialoga diretamente com as perspectivas da educação popular, ao esperar a conscientização destas populações historicamente minorizadas pelo colonialismo. Com relatos destas experiências vivenciadas no Araguaia, trago uma parte da história do país, que foi silenciada pelo poder do capital.

Palavras-chave: educação indígena; movimentos sociais; Teologia da Libertação; Araguaia.

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre las acciones de los movimientos sociales en la región de Araguaia (MT). Impulsado por la Teología de la Liberación, Pedro Casaldáliga se une a los pueblos originarios y otras entidades para luchar por la emancipación social y política, principalmente a través de la educación popular. Los cercos del latifundio dominan la región, que es territorialmente extensa, y construye sus propias leyes y normas, que desmantelan los poderes públicos o se alían con ellos. Las acciones violentas contra las poblaciones indígenas que ya habitaban la región fueron y son constantes, además del asesinato de ocupantes ilegales, principalmente del nordeste brasileño. Voces de personas que vivieron esta experiencia junto a Pedro se encuentran en este artículo, que dialoga directamente con las perspectivas de la educación popular, con la esperanza de sensibilizar a estas poblaciones históricamente minorizadas por el colonialismo. Con relatos de estas experiencias vividas en Araguaia, traigo una parte de la historia del país, silenciado por el poder del capital.

Palabras clave: educación indígena; movimientos sociales; Teología de la Liberación; Araguaia.

¹ Doutorando em Educação pela ProPed - UERJ, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Iniciado em 2021. Moro em Belo Horizonte/MG, Brasil, meus contatos são: dmi8487@gmail.com e @do.cu.riscado e zap 31.995.482.348.

INTRODUÇÃO

IGREJA DOS POBRES

A igreja católica presente na região do Araguaia, nordeste do estado do Mato Grosso, teve papel importante nos processos de emancipação da comunidade. Mostrou uma ação, a partir da década de 1960, juntamente com os povos oprimidos no contexto do conflito agrário e da ditadura militar no Brasil, apresentando sujeitas e estratégias de lutas na busca por justiça.

O Concílio Vaticano II, no bojo do qual surge a Teologia da Libertação, vem com intuito de uma releitura do evangelho, percebendo que a prática até então da igreja católica era elitista, que aprofundava as divisões de classe, voltada para as faixas privilegiadas, realizando uma leitura parcializada do evangelho. Daí nasce uma corrente conhecida como Igreja das Pobres, com uma postura de regresso ao chão da terra, onde o povo está, uma igreja voltada para as necessidades das pobres.

Uma das figuras que lutou pela igualdade social no campo e que também é um expoente da Teologia da Libertação na América Latina é Dom Pedro Casaldáliga. De origem catalã, Pedro se dirige à região conflituosa do nordeste do estado do Mato Grosso para pôr em prática um de seus votos eclesiásticos, a luta ao lado das pobres.

Casaldáliga escolhe São Félix do Araguaia (MT) para fincar seu pé descalço sobre a terra vermelha². Esse município foi a primeira sede da Prelazia de São Félix do Araguaia, onde Pedro foi consagrado como bispo.

Na Prelazia de São Félix do Araguaia destacou-se a figura de seu bispo, o espanhol Pedro Casaldáliga. Atraído ao Brasil pela possibilidade de uma ação pastoral na qual ele poderia se dedicar aos mais empobrecidos e motivado pelas transformações políticas em marcha na América Latina e os novos rumos que a IC estava tomando a partir do Concílio Vaticano II, Casaldáliga dedicou sua vida aos fiéis da região, denunciando os abusos aos direitos humanos e prestando apoio espiritual, mas também político e social. Assim é que vamos verificar como que dois dos pilares da teologia dos pobres – um institucional, da Prelazia com sua opção pelos pobres, e outro humano, na figura de Dom Pedro Casaldáliga, o qual simbolizou bem a ação pastoral

² Título do livro de Escribano.

concebida pela TL – reagiram às transformações dos últimos quarenta anos. (CAMILO, Rodrigo, 2013, p.19).

À frente da Prelazia, Pedro tentou buscar apoio, divulgando a realidade que se vivia na região, com os constantes massacres realizados pelos opressores que, além de poder econômico, constituíam interferências no poder público local, regional e até nacional. Utilizando as ferramentas de base que a igreja revolucionária possuía, o bispo Pedro conseguiu trazer para a região jovens, principalmente do sudeste brasileiro, para construir juntas, processos de emancipação popular. Formaram-se grupos de agentes pastorais em diversos municípios e distritos, que atuavam em alguns principais eixos: educação, saúde, política, pastoral, resistência indígena e terra.

Dom Pedro e as agentes sociais, nesse momento de conflito político, mobilizaram estratégias de lutas com a criação de entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Além dessas entidades, foram importantes para ampliar o processo, as Cebs (Comunidades Eclesiais de Base).

O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.³

Ele tem como princípios:

O respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; O protagonismo dos povos indígenas sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos; A opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural. E, para esta nova sociedade, forjada na própria luta, o Cimi acredita que os povos indígenas são fontes de inspiração para a revisão dos sentidos, da história, das orientações e práticas sociais, políticas e econômicas construídas até hoje.⁴

O trabalho nas bases construía a conscientização da opressão sofrida pelas comunidades indígenas, discutindo sobre o direito à terra, questionando o sistema de concentração de terras

³ Disponível em: <<https://cimi.org.br/o-cimi/>>. Acesso em: 31/07/2021

⁴ Disponível em: <<https://cimi.org.br/o-cimi/>>. Acesso em: 31/07/2021

em que estavam inseridas e a luta pelo reconhecimento territorial, o que provocava reações adversas do latifúndio. Os questionamentos e as reflexões unem essas pessoas a essa igreja, instaurando tensionamentos que abalaram a tranquilidade do capital.

*Fazer do povo submisso
um povo impaciente.
Fundir os muitos córregos
em uma torrente.*

Noema 30, Casaldáliga⁵

O empoderamento dessas sujeitas pela conscientização, pela organização coletiva, pelos processos de educação popular pode ser considerado um enfrentamento à opressão. O fato de se saberem exploradas e se verem como protagonistas pode ser considerado um processo de emancipação à opressão, resultando em terras reconhecidas, demarcação territorial, agricultura de subsistência e formação popular.

Assim, com reflexões da Teologia da Libertação e trabalhos de base, contra o latifúndio e o acúmulo de capital, seguiu a Prelazia de São Félix do Araguaia. Estava em movimento conjunto com a população local e migrantes, além de jovens provenientes de outros estados brasileiros, fortalecendo as bases e os movimentos sociais que tensionam as latifundiárias e o poder público, frequentemente vendidos ao capital.

RETOMADA INDÍGENA

A carta pastoral de Pedro, o primeiro bispo consagrado no Araguaia, cita o nome das aldeias indígenas dentro do território da Prelazia de São Félix do Araguaia, localizadas na “metade leste do Parque Nacional do Xingu, à margem direita do rio, e as aldeias de São

⁵ Retirado do livro de Pedro Casaldáliga

Domingos, Santa Isabel, Fontoura, Macaúba, Tapirapé, Canuanã, Cachoeirinha, Areões, Barra do Tapirapé e Luciara” (CASALDÁLIGA, 1971).

Os indígenas constituem uma pequena parte dos moradores. Os Xavante: caçadores, fortes, bravos ainda faz poucos anos quando semeavam o terror por estas paragens. Receosos. Bastante nobres. Os Carajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, festeiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores, mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade. (CASALDÁLIGA, Pedro, 1971, p.4)

Segundo a educadora Dulce Camargo, em seu relatório final sobre um dos projetos educacionais mais relevantes dessa região na década de 1980, o Projeto Inajá, a região inicialmente era ocupada por três principais etnias: Xavante, Karajá e Tapirapé. Mas, a partir da década de 1920 do século passado, houve a chegada de não-indígenas, as ‘tori’, principalmente do nordeste brasileiro, muitas fugindo da seca em busca de água e terra, para agricultura de subsistência (CAMARGO, 1997, p.46).

Paulo Santos também localiza bem essas etnias dentro da região.

No entanto, há territórios de diversas etnias que se localizam na região, com várias terras indígenas do povo Xavante mais ao Sul, à beira do rio das Mortes, desde Paranatinga, seguindo na direção da BR-158 (que foi construída passando dentro do território dessa etnia) até próximo ao município de Alto Boa Vista. Há também terras indígenas do povo Tapirapé na região de Confresa e Santa Terezinha. O povo Karajá possui terras demarcadas na beira do rio Araguaia, na margem esquerda, do lado de Mato Grosso e o Parque Indígena do Araguaia, na Ilha do Bananal, estado de Tocantins. Outros povos indígenas também habitam a região, como os Krenak/Maxakali em Canabrava do Norte e o povo Kanela, que está disperso em vários municípios da região e ainda buscam o reconhecimento oficial e a demarcação de seu território. (SANTOS, Paulo, 2014, p. 16)

O genocídio dos povos indígenas não é raro, a disputa por terras sempre foi algo de imensa belicosidade. Na região, a chegada de não-indígenas trouxe também matança e dificuldades de compreensão das diversas culturas que se conurbavam no Araguaia.

A partir de 1951 a Missão das Irmãzinhas de Jesus, a pedido do bispo dominicano de Conceição do Araguaia, instala-se junto à aldeia da barra do rio Tapirapé, passando a dar assistência aos Tapirapé na área de saúde. Na década de 70, um casal leigo da equipe da pastoral indigenista da Prelazia de São Félix do Araguaia iniciou um projeto de alfabetização na língua nativa.⁶

⁶ Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapirapé>>. Acesso em: 31/07/2021.

As Tapirapé foram acompanhadas por 65 anos pelas Irmãzinhas de Jesus, uma congregação francesa de freiras que chegou com a compreensão da cultura indígena, evitando o processo de imposição da cultura europeia. Buscaram a ação pastoral inspirada na Teologia da Libertação, a convivência harmoniosa no auxílio e apoio a processos de saúde, tendo como retaguarda institucional a Prelazia de São Félix e o Cimi– Conselho Indigenista Missionário na luta pela terra.

Com essa resistência étnica e com a chegada do casal de educadoras Nice e Luiz, as Tapirapé sobreviveram à quase extinção, de cinquenta membros na década de 1950 para mais de mil, hoje em dia. Reocuparam-se, assim, seus territórios de origem, com a expulsão de pessoas ligadas ao latifúndio de suas fazendas e acolheu-se um programa de educação indígena, tanto nas aldeias e escolas regulares, como também nos processos de emancipação acadêmica. Muitos foram inseridos na educação superior e pós-graduação em universidades da região que contam com graduação para indígenas, como a UFMT, UNEMAT e UFG, principalmente.

FORMAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

As Irmãzinhas de Foucauld, que já moravam na aldeia Tapirapé desde 1952, solicitaram a Pedro um casal para trabalhar com a educação escolar na aldeia, pois já tinham passado algumas pessoas por lá, mas não conseguiam ficar muito tempo, devido ao isolamento. Os professores Nice e Luiz se prontificaram.

Nice e Luiz iniciaram um trabalho de alfabetização e implantação de uma escola indígena na aldeia, em 1973, percebendo que a escola garantiria a permanência da etnia Tapirapé em suas terras. A proximidade da aldeia com o município de Santa Terezinha fazia com que o povo Tapirapé tivesse um mínimo de conhecimento do processo de escolarização, mas sem nunca ter tido uma escola dentro da aldeia.

Em tempos de luta pela demarcação do território e pela terra, a escola traria uma segurança maior para a etnia, pois absorvendo o conhecimento das pessoas não-indígenas, inclusive sua língua, compreenderiam melhor a lógica dos opressores, fortalecendo a própria defesa e a luta do povo Tapirapé.

Em processo de adaptação na aldeia, Nice e Luiz já chegaram querendo entender a cultura local, tentando diminuir o impacto de suas presenças. Conseguiram sentir a importância da pedagogia de Paulo Freire ao iniciarem suas buscas por palavras geradoras, fazendo a leitura da nova fronteira onde estavam localizadas.

Pra começar, nesse sentido a casa, as primeiras casas quando a gente chegou lá, era um único salão, a casa tapirapé, não tinha nenhuma divisão, então a criança nasce, vê outros nascer, vê gente morrer, vê tudo acontecer ali, vê os barulhos da noite todos, então não tem essa separação, ela tá em todos ambientes, ninguém fala 'sai daí menino', os rituais, tudo. [...] A gente não leva criança na igreja porque vai atrapalhar, e eles fazem questão de levar os meninos pro ritual. É, as mães iam com as crianças pra escola, então isso é diferente. Tem pesquisas hoje muito interessantes, a antropologia da criança, eles tão vendo que no mundo indígena a criança tem um papel super importante, não é essa mesma visão. [...] A nossa sociedade tem a visão assim, a criança é um ser incompleto e a gente é que tem que ir completando, completando, tem que fazer inglês, natação, não sei o quê, ela é limpa de tudo, e eles ao contrário, você vai vendo os mitos, muitas vezes a criança que nomeia, a criança que descobre, a criança que orienta. E traz os produtos, muitas vezes. Então, é um modo muito diferente de ver a criança, não é como um ser incompleto (entrevista com Nice e Luiz, 14 de junho de 2018, Goiânia/GO)⁷

Com isso, deram início à aprendizagem da escrita da língua local, de suma importância para construir um diálogo menos verticalizado dentro de um processo de ensino-aprendizagem, um processo realmente dialógico. Basearam-se também em alguns materiais já existentes sobre as Tapirapé, que auxiliaram nessa troca de experiências.

Em tempos de ditadura, qualquer ação emancipatória era rechaçada. Não foi diferente com o casal, que sofreu pressões advindas da Funai para saírem da aldeia, muito em função da ligação que tinham com a igreja católica, permeada pela Teologia da Libertação. A Funai alegava que elas não lecionavam para as crianças. Assim, o casal resolveu criar um curso de formação para educadoras indígenas, para que a própria aldeia alfabetizasse suas crianças. É o que Nice e Luiz nos contam:

E aí a gente começa lá, a nossa atuação era pra educação, mas a educação nunca é entendida só como educação, justamente os Tapirapé eles pediram escola por causa da luta pela terra. Então as coisas já tavam articuladas. Eles necessitavam...queriam muito entender a linguagem dos mapas, porque os caras que iam discutir o tamanho da terra com eles, levavam um mapa e eles...a perspectiva completamente diferente, aquela questão de ver no plano uma coisa que eles conheciam no físico. [...] A linguagem do mapa, se você não domina, você fica perdido. Então eles sentiam essa necessidade, também eles queriam melhorar o domínio do português porque eles tinham que ir a Brasília, discutir com esses caras, o pessoal da Funai, o pessoal de Ministério do

Interior, gerais, aparecia de tudo lá na aldeia. E também eles tinham que ir a Brasília, então eles tinham muita necessidade, eles queriam...sabiam que a escola podia oferecer isso. Aí a gente...então a expectativa deles era que começasse logo em português, só que a gente começou a perceber várias coisas. A primeira língua deles era a língua Tapirapé, eles tinham um domínio muito pequeno ainda do português. E a gente pensou como é que nós vamos montar uma escola em português? Aí também tinha uma irmãzinha pesquisando a língua já, e ela deu um incentivo grande assim, pra que a escola fosse primeiro na língua deles. Que o processo de alfabetização fosse na língua. E nós passamos então o ano, aí já era 73, preparando material que ia ser trabalhado na escola. A gente já tinha uma pesquisa feita pelo Moura e pela Hilda que tinham estado lá antes que nós. Levantando assim as palavras-chave, os temas geradores assim da cultura e da vida deles. E aí quando a escola tava pra começar veio uma repressão Escolhi não colocar essas falas nas normas da ABNT, por compreender, que não são citações bibliográficas e sim falas das entrevistas que realizei para a construção da dissertação, que contou com 8 vozes, que eu chamei das protagonistas, por entender que elas construíram comigo toda a pesquisa, além de serem pessoas muito próximas, pois sou filho do Araguaia. Trechos de entrevistas retiradas da minha dissertação, que consta nas referências. muito forte na região. Que eles achavam que a gente tava ligada com a guerrilha do Araguaia. Aí se fechou o GEA8 em São Félix. Vários companheiros da gente foram presos, torturados e a gente teve que fugir [...] Aí nós voltamos, então aí em setembro a escola começou e aí foi um processo de um aprendizado muito grande, um mútuo aprendizado. Porque a gente não conseguia se comunicar na língua, a gente falava em português, mas as palavras eles discutiam em Tapirapé, então eles iam tendo contato com o português oral, com a gente e a gente ia aprendendo Tapirapé também com eles. Então foi um tempo assim de muita troca, de muita...um aprendizado mútuo assim, bem grande. E a gente pensou assim que ia ficar uns cinco anos lá só, e aí não foi. Porque uma coisa puxa a outra. Aí veio a questão de dar aula pra criança, porque todo esse primeiro trabalho inicial foi com adultos, eles que pediram escola, então a escola se dirigia a eles. [...] Aí quando, também foi por pressão da Funai, a Funai percebia que nosso trabalho não era só educação, que tava ligada com a luta pela terra, com tudo. E eles queriam tirar a gente lá, eles acharam um jeito assim de...eles começaram a falar assim 'ah mas esses professores aí que vocês têm, eles não dão aula pras crianças, então a gente vai mandar professor pra dar aula pras crianças'. Aí a gente conversou com eles e fizemos reunião, então decidi que ia começar pra criança, só que a gente colocou 'olha, pras crianças a gente não vai assumir, tem que ser vocês'. 'Ah, mas nós não damos conta'. 'A gente fica junto'. Aí começou esse processo de preparação de professores. Primeiro foram duas mulheres. Elas ficaram um bom tempo, uns dois anos talvez. Mas aí um filho fica doente, a outra engravida, aí elas acabaram desistindo. E aí começa então com três rapazes, eles que escolheram as pessoas (entrevista com Nice e Luiz, 14 de junho de 2018, Goiânia/GO).

Em um primeiro momento, a formação foi dada para educadoras não indígenas da escola da aldeia Tapirapé e pessoas da administração pública, como secretárias de educação e

supervisoras do ensino municipal da região. Trabalhavam em módulos nos períodos de férias, para poder atender o calendário local e o da Unicamp.

A gente conseguiu um contato com a equipe da Unicamp, mas nem era pensando num projeto assim de formação. Nós fomos lá pra...porque a gente trabalhava as línguas, tanto a língua Tapirapé, como o português e trabalhava matemática, mas era sempre assim, e as outras coisas? Como é que fica? A gente ficava se indagando muito, que que nós vamos trabalhar de geografia com eles? Porque eles conhecem o território, eles têm nome pra tudo. Eles têm um conhecimento perfeito de anatomia, de fisiologia, de animais, de fauna, flora. Então era sempre uma indagação muito grande, essas outras áreas e a gente observava que eles tinham um conhecimento muito grande também de astronomia, dos astros, só que eram diferentes dos nossos. Por exemplo, as constelações, era...eles veem outros desenhos, outras formas e dão outros nomes. E a gente queria muito registrar isso daí. Aí eu tinha uma amiga na Unicamp, aí eu tava conversando essas coisas com ela, eu falei 'será que não existe um mapa só das estrelas, sem o desenho das constelações? Ela falou 'ah, vamos lá vê, eu conheço o pessoal da física' e começou. Eles ficaram encantados, eles começaram a perguntar porque que a gente queria o mapa. Bom, aí desembocou que eles foram lá, uma equipe. Eles sonhavam ter um projeto piloto só com a escola da aldeia.[...] A gente fala Unicamp mas são pessoas da Unicamp, nunca é a universidade toda. Então foi o pessoal da física, foi o pessoal da matemática, foi da linguagem também. Argüelo, Marineusa Gazetta, Sebastiani. Começou com o Márcio D'Olmes Campos. [...] Então, eles queriam que fosse uma coisa assim só pra escola, mas a gente ficou assim puxa vida, naquela época a gente tinha 3 professores Tapirapé e a gente...toda a região precisando de formação. Também porque a gente trabalhava muito ligado com as outras equipes, a gente via o trabalho que tava sendo feito com os professores em São Félix do Araguaia, Santa Terezinha, outros lugares. Então a gente ia, acompanhava isso, discutia com o pessoal e achava que não podia ser uma coisa só pra aldeia, que a gente podia fazer uma coisa mais ampla. É, tem isso, que o movimento da educação era na Prelazia toda. Então, como que a gente ia fazer uma coisa bacana dessa só com a aldeia? A gente começou a colocar pra eles. Aí eles propuseram então, num primeiro momento, não trabalhar já com os professores, eles...se fez um projeto pra trabalhar com o pessoal das prefeituras e nós. Formadores, seriam formadores dos professores. Falavam supervisores, monitores, mas enfim. Eram as pessoas das secretarias municipais e a gente da aldeia. E aí esse projeto durou dois anos, então a gente foi também se apropriando das questões que eles já traziam, também uma visão bem diferente já da educação. [...] Ele tinha o nome desse tamanho. É, como é que é? Pesquisa de Ciências...do ensino de Ciências. A gente talvez consiga recuperar isso. [...] Era com a gente. Com não-indígena. [...] Pra todas as prefeituras. Porque a gente pediu que fosse incluído neste projeto.[...] Então era São Félix, Santa Terezinha...Cascalheira...85, 86. [...] Novas Perspectivas do Ensino de Ciências no contexto rural, urbano e indígena. Era uma coisa assim, no Vale do Araguaia. [...] É interessante porque a Unicamp tava tendo umas experiências também de educação lá, de ciências. Tinha...eu não lembro...O Observatório a Olho Nu. É, o Observatório a Olho Nu, e trabalhos...mas pesquisas também (entrevista com Nice e Luiz, 14 de junho de 2018, Goiânia/GO).

A formação pensada no contexto da aldeia Tapirapé se baseou na perspectiva da etnociências, com uma percepção da não hierarquia científica da academia que se sobrepõe aos outros saberes e conhecimentos. Esse arcabouço está muito mais próximo a Freire, porque tem a práxis como base, resgatando e valorizando a cultura Tapirapé, buscando, na prática, respostas aos questionamentos que elas mesmas faziam e permeavam com o conteúdo científico proveniente da academia.

Assim o que eles trouxeram de novo era assim, como você valorizar o saber local e o saber acadêmico. Quer dizer, não existia essa ruptura. Na verdade, eles mostravam muito claramente que são coisas que se complementam e que você deveria partir de pesquisas locais e, a partir daí, colocar o outro saber também produzido em outras sociedades mas que na verdade não tem essa dicotomia. [...] Então a gente ia percebendo esses outros caminhos, de como trabalhar...e as oficinas também. As oficinas na verdade foram uma capacitação pra gente. Teve pesquisa de como o pessoal construía barco, que era uma coisa fantástica. Era gente...vamos dizer assim, não tinha nenhum letramento de escola, nada, mas fazia um...aqueles barcos com perfeição. A quilha do barco é uma obra de arte. [...] Tá lá, tá lá. As casas, o pessoal [...] a igreja de Santa Terezinha, não a do morro, a de baixo, [...] ela é montada com as tesouras, que eles chamam de madeira, e é um espaço enorme, não tem coluna e quem fez aquilo é povo de lá, sabe, como é que tem esse conhecimento, que o negócio não vai cair e que o sistema de entrelaçamento das madeiras dá sustentação, são coisas assim. Então eles alertaram muito a gente pra isso, existem esses saberes, ele está aqui, é de domínio do povo e não precisa ter essa contradição com o saber acadêmico. Aliás, a escola distanciou, porque você fica aprendendo dez mil coisas de matemática sem saber nada, e relacionar essas coisas com a vida. [...] Quer dizer, parece uma coisa da escola que não se liga com a vida, que momento que isso tem uma ligação com a vida? [...] A gente chegou lá com a nossa...nosso conhecimento que a gente teve de educação dentro da escola, a Nice teve formação no magistério mas eu não tive nenhuma formação de magistério, fazia clássico. [...] Isso que a gente trazia, a gente trazia os conhecimentos da escola, também daquela escola lá, bem formatadinha, tudo isso a gente trouxe pro GEA, só que com ideias novas penetrando. Paulo Freire. Pois é, já perfurando essa massa compacta, com Paulo Freire, a gente teve orientação da professora Maria Nilde Mascellani de São Paulo. Já tinha ideias novas, mas então assim esse processo de educação no Araguaia, também é um processo de transformação, de mudanças, na visão de educação e tudo mais. E a Unicamp vem assim somando toda essa construção. Mas foi muito oportuno, porque era uma universidade de peso, até hoje ela é. Então, pessoas dessa universidade vir pro Araguaia, tá disposto a tudo (entrevista com Nice e Luiz, 14 de junho de 2018, Goiânia/GO).

A transformação que advém dessa toada busca embasar as cidadãs para uma realidade construída por suas mãos e seus pés. A reflexão proveniente do encontro com a Unicamp

reinstaura uma potencialidade de mudança social, que coloca a educação popular em sua forma transformadora de realidades, em uma elevação dos saberes tradicionais locais, entrecruzados com conhecimentos e conteúdos acadêmicos.

Eu acho que outra ideia assim importante da educação popular é a ideia de transformação, que ela é muitas vezes uma transformação pessoal, a pessoa que começa a ler, começa a sentir mais valorizada, mais igualdade com outros que já leem, então a escola traz isso, quando ela incorpora o conhecimento da pessoa, valoriza a pessoa, e transforma e também a ideia de Paulo Freire, transformação da realidade, eu acho que é uma coisa que foi importante na escola tapirapé, a escola veio servir como instrumento da luta tapirapé, da luta pela terra, na manutenção e fortalecimento da língua e da cultura, a escola contribuiu pra isso. [...] Eu acho que também tem uma contribuição da escola tapirapé, depois que passa por Inajá e passa pelas parceladas, é a questão assim que a gente observou que eles não têm esse conceito de reprovação na vida deles, eles tem muito definido as classes etárias, as faixas etárias, e aí, por exemplo, os meninos de uma mesma idade, eles fazem a primeira iniciação juntos, fazem a segunda iniciação, fazem a terceira iniciação, e as meninas também, tem a primeira menstruação elas já passam pra outra faixa etária, e quando casa e tem filho outra. E a gente observou que eles não fazem...eles não isolam as pessoas, eles não tem essa coisa da exclusão, ao contrário eles fazem tudo sempre pra incluir a pessoa, mesmo que a pessoa tem um comportamento, vamos dizer assim, que não é o ideal, mas eles fazem todo esforço coletivo pra incorporar de novo aquela pessoa, e a gente então ficou pensando nisso, na escola não pode trabalhar com reprovação [...] E aí foi legal, nós tivemos experiências muito bacanas, mesmo assim pessoas que não conseguiam reconhecer vogais e tudo, mas ele ficou junto, ele acompanhou, quando foi lá...deu um estalo e depois ficou normal, não teve problema nenhum (entrevista com Nice e Luiz, 14 de junho de 2018, Goiânia/GO).

No caso indígena, a educação vem somar com o processo emancipatório de compreensão da disputa pela terra, ao lidar melhor a língua das opressoras e a leitura de mapas territoriais. O conhecimento das não-indígenas adquirido pelas indígenas facilitou o acesso às leis e a compreensão de como lutar para garantir direitos de existência e fixação em seus territórios sagrados, roubados inicialmente pela colonização portuguesa e, recentemente, pela sanha de latifundiários sulistas e multinacionais.

Novas formas de lutas, novas armas das não-indígenas, novas regras estabelecidas por elas, novos genocídios. A formação de educadoras indígenas é proveniente desses processos vivenciados por vários povos ainda hoje no país, que continuam a não ser reconhecidas como cidadãs, donas de territórios, e que seguem vendo suas culturas e saberes serem destruídos com queimadas criminosas ou outras modalidades de agressões, praticadas atualmente pelo agronegócio e pelos grupos ruralistas.

EDUCADORAS-EDUCANDAS, ENSINO APRENDENDO

O fortalecimento das lutas e das organizações indígenas, devido muito particularmente ao surgimento do Cimi na década de 1970 e ao estreitamento da luta pelas causas indígenas de muitas sujeitas que participaram do Araguaia, é prova da causa social abraçada pelas protagonistas, como veremos nos relatos a seguir, nos quais contam que estão na luta indígena ainda hoje, em outras instâncias e de outras formas, sem nunca abandonar o propósito que construíram somando-se à Prelazia.

Eu nunca deixei de trabalhar na educação, porque eu também trabalhava muito pela educação escolar indígena. [...] Eu fiz uma experiência muito boa lá no Amazonas. [...] O Projeto Tucum, que foi formação de professor. [...] A gente inventou o Tucum baseado no Inajá. Magistério indígena pelo estado, junto com a UNEMAT. Daí já era UNEMAT e eu era coordenadora também. Daí tinha todo o mesmo esquema, formava os professores, chamava os professores antes, dava toda a formação, todas as orientações, as avaliações, nunca davam notas, sempre uma ficha descritiva pra o aluno ter acesso, mas corrigia tudo que eles faziam, durante...só não davam nota, pedia reelaboração. [...] Então era muito diferente a formação [...] o nível de escolaridade de cada aluno. E daí tinha aqueles que tava quase aprendendo a escrever, que não tinham feito Inajá, os do Inajá eram ótimos, mas quem não tinha feito Inajá tinha muita dificuldade e eu dava, na formação complementar, eu dava a parte da linguagem, eu mais 3 professores, uma turma grande, 50, a gente dava um monte de professor junto, porque se não dava conta de acompanhar cada aluno. E a gente...lógico, dava um texto, pedia um texto e pedia reelaboração, a gente tinha o trabalho de corrigir e pedia reelaboração e até ficar bom. Mas você pedia de acordo com o aluno, então a reelaboração tinha pra todos. (entrevista com Judite, 2 de junho de 2018, Goiás Velho/GO)

Eu fui convidada pela Nice e Luiz pra apresentar um trabalho de agricultura, junto com o trabalho pedagógico, pra assessorar lá no povo Tapirapé, em 1995. [...] Aí eu já começo, já deixo esse trabalho com os posseiros e vou pra questão indígena. Primeiro essa assessoria e em 98 eu começo com o povo Xavante. [...] Porque com os Tapirapé foi pelo Cimi, foi de 1995 a 1997. Em 1998 eu entro com os Xavante. [...] A gente ficava 15 dias lá e 15 dias em casa, mais ou menos. [...] Julho de 2006 eu passei no concurso pra Universidade Federal da Grande Dourados. [...] Eu abro o primeiro curso de licenciatura intercultural indígena [...] do Guarani Kaiowá. Chama Curso de Licenciatura Intercultural Tekoarandu. [...] E a outra coisa também é que aí os Guarani entenderam e não queriam deixar eu sair, mas eu tava ameaçada de morte pelo trabalho com eles, porque o trabalho com indígena ele não se restringe à educação, é a educação, a política, a saúde, é tudo [...] a luta pelo território, porque o território é um elemento educacional forte, sem ele não tem jeito de ter educação pros povos indígenas e aí eu sou ameaçada e aí eles

me liberam pra voltar pra Mato Grosso. [...] Aí eu venho pra UFMT em 2011 e estou até hoje, hoje como professora [...] da pós-graduação e eu peço [...] pra trabalhar somente com questão indígena e com indígenas, só que eu já tô na segunda seleção e não apareceu nenhum, nenhum indígena, aí eu trabalho com a questão indígena, com não indígenas mesmo. [...] É que eu sou praticamente obrigada a pegar a coordenação do curso de pedagogia à distância, no NEAD, e aí então eu começo a luta de...então abrir cotas pra indígenas, porque lá eles tem mais chances de fazer o curso. [...] Começou com nove indígenas, só que hoje eu tenho 4, 6, já tem desistência [...] por conta da...permanência, é difícil deles. [...] Eles não tem dinheiro pra vir no polo e nem tem internet pra fazer as atividades lá. [...] Já iniciamos com problema. [...] E aí minha luta, antes de deixar a coordenação, é procurar bolsa pra eles. (entrevista com Cidinha, 1 de junho de 2018, Goiás Velho/GO)

Desde de 2014 eu tô na frente da Faculdade Intercultural Indígena. E eu trabalho essa questão indígena, como eu te contei, ela foi entrando devagar mas hoje é uma coisa, que até brinco com os colegas, que não tem volta mais, eu tô dentro, onde eu vou e o trabalho que eu faço, a pesquisa, hoje eu tô no mestrado, consequência do trabalho, eu tô credenciado em dois mestrados hoje e minhas orientações é na questão indígena também, meus alunos de mestrado trabalham indiretamente e diretamente com formação de professores ou com a questão indígena. [...] Em 2001 começa a faculdade indígena, eu fui convidado pra trabalhar também e eu começo a atuar na faculdade indígena da UNEMAT de 2001 até hoje, então 18 anos de faculdade indígena. Eu atuei em todos os 18, sendo professor, aliás, sendo professor auxiliar, porque os primeiros professores que vieram eram pessoas muito boas que inclusive trabalhou no Araguaia, o Argüelo, por exemplo, a Dulcinha, eu fui auxiliar desse povo quando começa a faculdade indígena [...] hoje eu tô como diretor da faculdade indígena. Então eu vivenciei muito esse processo e aprendi bastante com essas pessoas. [...] Porque essa discussão, aldeia, educação indígena, cultura, me atrai muito. (entrevista com Adailton, 1 de junho de 2018, Goiás Velho/GO)

Em vários âmbitos e ambientes estão presentes essas sujeitas que se sentiram tocadas pela disputa do reconhecimento da cultura indígena como legítima, como importante, e as indígenas como cidadãs do território brasileiro, verdadeiras representantes de seus espaços de vivência. A educação foi uma forma de compreender o porquê de tanto ódio contra elas, de tanto genocídio, de tanto roubo de terras e riquezas naturais. Tanto na perspectiva da educação básica e na formação de educadoras indígenas, como também no ensino superior e na pós-graduação.

Essa vivência lhes proporcionou uma formação crítica e social, que se traduz nesse engajamento ao lado das indígenas pela luta por reconhecimento. Elas conseguiram perceber a importância da educação indígena desde que se inseriram nos processos do Araguaia.

Quem chega à região, principalmente por terra, percebe o domínio de latifúndios durante todo o percurso até chegar no nordeste matogrossense. Aí já percebemos o que a discussão da

propriedade privada nos revela sobre a desigualdade social. A inquietação que nos aflige quando percebemos a crueldade como foram feitas essas concentrações de terras, a partir de roubos e falsificações de documentação, chacinas, terrorismo, força bélica e isso tudo não poderia acontecer sem ter o aval do poder público local e das forças militares.

Em sua narrativa, Judite demonstra a forma freireana de se construir uma educação, colocando que não havia nota e sim uma reelaboração das atividades. Isso é posto de uma forma a compreender que o nosso sistema educacional, é distante das educandas e de suas realidades. Na educação indígena, com a formação de educadoras, propõe-se um fortalecimento da relação educadora-educanda, buscando um acompanhamento mais individualizado, sem generalizar os conhecimentos e fugindo da padronização da aprendizagem. Esses diálogos podem ser notados, não só na educação indígena, mas em vários processos educativos do Araguaia.

Ao se inteirar da causa indígena, percebem que a luta não é só pela educação, é também pela saúde indígena, pelas políticas indígenas, pelos territórios indígenas, todos elementos educacionais que se entrelaçam. Isso se reflete tanto na fala de Cidinha como de Adailton, quando coloca que não tem mais volta. Ou seja, ao adentrarem e perceberem que essa luta também faz parte da história delas, enquanto oriundas do Araguaia, se colocam como sujeitas afetadas pela disputa territorial, que perpassou todas suas histórias.

DESÁGUE

As discussões indígenas estão cada vez mais parciais, pois estamos, já há um tempo, escutando as indígenas e não somente falando por elas. As inserções das culturas indígenas nos meios acadêmicos, ainda colonizados, faz nascer propostas pedagógicas e investigativas muito menos hierárquica, procurando uma escuta atenta, além de uma escrita atenta, continuando as fissuras dentro da opressão.

Aqui eu quis trazer um pouco das experiências com a educação indígena perpassada neste território ao qual eu também pertencço. Infelizmente não consegui escutar as indígenas para escrever essas linhas, escutei somente não-indígenas que foram e são formadoras.

Conhecer um pouco mais da história desta região foi um dos objetivos deste artigo, que conta sobre a inserção desta igreja esquerdista em uma região dominada pelo latifúndio. Se somar as lutas era mais que necessário, era um voto de vida. Pedro, que já nos deixou, continua sendo exemplo para muitas pessoas, e marca sua existência no Araguaia, que foi sua casa durante muitos anos. Lá, ele é tido como santo, apesar de quase ter sido expulso da igreja.

As propostas pedagógicas de educação, tanto esta exposta aqui, como as outras que surgiram no Mato Grosso, são embebidas pela educação popular desde de o nascimento. Há uma aproximação muito intensa da Teologia da Libertação com a Educação Popular, oriundas destas perspectivas das emancipações conscientes, além das insurgências que resistem ao tempo, a tudo e a todas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo. *Mundos Entrecruzados: formação de professores leigos*. Campinas - SP: Editora Alínea, 1997;

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. *A ação política da Teologia da Libertação hoje: estudo de caso da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)*. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia/GO: UFG, 2013;

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta episcopal, 1971;

CASALDÁLIGA, Pedro. *Versos adversos: antologia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006;

ESCRIBANO, Francesco. *Descalço sobre a Terra Vermelha – a vida do bispo Casaldáliga*. Campinas, Editora Unicamp, 2014;

INÁCIO, Danilo Macruz. *O ARAGUAIA E SUAS RESISTÊNCIAS INSURGENTES: a educação popular no sertão matogrossense*. 2019. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação)

– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG: Posgrad/FaE/UFMG, 2019;

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado do; Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende. 2014;

SANTOS, Paulo Cesar Moreira. Araguaia: entre palavras, roças e fuzis. A pedagogia dos agentes pastorais no nordeste matogrossense, nos anos 1960/1970. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá/MT: UFMT, 2014;

Submetido em: 15 de dezembro de 2021.

Aprovado em: 20 de fevereiro de 2022.

Publicado em: 10 de agosto de 2022.